EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO
IMPLANTAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

VALDEMIR DOS SANTOS

RESUMO
A implementação da Educação Integral na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) configura-se como uma concepção política e pedagógica que visa ao desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural. Este artigo analisa a implantação dessa política, com foco no Ciclo de Alfabetização, por meio do Programa São Paulo Integral, instituído em 2015. A proposta rompe com a lógica de turno e contraturno, promovendo uma matriz curricular integrada com duração mínima de sete horas diárias. No Ciclo de Alfabetização, a estratégia central reside na articulação entre os conhecimentos historicamente produzidos e as vivências nos Territórios do Saber, garantindo que a alfabetização e o letramento ocorram de forma interdisciplinar e lúdica. O estudo destaca o papel do Professor Orientador de Educação Integral (POEI) na articulação pedagógica e a importância da gestão democrática, via Conselho de Escola, para a adesão e sustentabilidade do programa. Conclui-se que a Educação Integral no ciclo inicial é fundamental para garantir a equidade educacional e a proteção integral da infância, consolidando o direito à aprendizagem em uma Cidade Educadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Ciclo de Alfabetização; São Paulo Integral; Currículo da Cidade; Territórios do Saber.

ABSTRACT
The implementation of Integral Education in the Municipal Teaching Network of São Paulo (RMESP) is established as a political and pedagogical framework aimed at the development of students across multiple dimensions: intellectual, physical, social, emotional, and cultural. This article analyzes the deployment of this policy, focusing on the Literacy Cycle, through the São Paulo Integral Program, established in 2015. The proposal breaks away from the "shift and after-school" logic, promoting an integrated curriculum with a minimum duration of seven hours per day. Within the Literacy Cycle, the core strategy lies in the connection between historically produced knowledge and experiences within "Knowledge Territories" (Territórios do Saber), ensuring that literacy and language acquisition occur in an interdisciplinary and playful manner. The study highlights the role of the Integral Education Guiding Teacher (POEI) in pedagogical coordination and the importance of democratic management, through the School Council, for the program's adoption and sustainability. It concludes that Integral Education in the early cycle is essential to guarantee educational equity and the comprehensive protection of childhood, consolidating the right to learning within an Educating City.

KEYWORDS: Integral Education; Literacy Cycle; São Paulo Integral. City Curriculum; Knowledge Territories.

INTRODUÇÃO

A Educação Integral na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) é compreendida como uma concepção política e pedagógica que visa o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural. Diferenciando-se da mera ampliação quantitativa do tempo de permanência, esta abordagem foca na qualidade social da educação e na formação de sujeitos de direitos, orientada pela perspectiva da Cidade Educadora. Este compromisso encontra amparo legal na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que prevê a ampliação progressiva do período de permanência na escola.

No contexto paulistano, o Programa São Paulo Integral (SPI), instituído em 2015, consolidou-se como o principal indutor desta política, buscando superar a fragmentação curricular e a lógica de turno e contraturno por meio de uma matriz curricular integrada com duração mínima de sete horas diárias. O programa prioriza estrategicamente o Ciclo de Alfabetiza-

ção, reconhecendo que a alfabetização plena e o letramento são fundamentais para a garantia da equidade educacional e para o sucesso nas etapas posteriores do ensino.
Teoricamente, a discussão sobre a função da escola ganha relevo com a perspectiva de Michael Young sobre a aquisição do "conhecimento poderoso" – aquele que fornece explicações confiáveis e permite aos estudantes pensar além de suas circunstâncias locais e particulares. Na RMESP, busca-se articular esse conhecimento especializado com os saberes dos territórios, integrando o patrimônio histórico às vivências cotidianas por meio dos "Territórios do Saber".
Este artigo propõe analisar a implantação da Educação Integral no Ciclo de Alfabetização, destacando as diretrizes pedagógicas do SPI, o papel articulador do Professor Orientador de Educação Integral (POEI) e os desafios de uma gestão democrática que considere a Unidade Educacional como um espaço de protagonismo e transformação da realidade local.

DESENVOLVIMENTO
O conceito de conhecimento poderoso, desenvolvido por Michael Young, aplica-se na prática pedagógica como um instrumento de emancipação que permite aos estudantes pensar além de suas circunstâncias locais e particulares.
A aplicação prática deste conceito ocorre através das seguintes diretrizes:
- Diferenciação do Conhecimento: A prática exige uma distinção clara entre o conhecimento escolar (curricular) e o conhecimento cotidiano (não-escolar). Enquanto o conhecimento do dia a dia é dependente de contexto e lida com detalhes práticos, o conhecimento poderoso é independente de contexto, buscando generalizações e universalidade, sendo tipicamente relacionado às ciências;
- Foco no "Poder" do Conhecimento: Em vez de se concentrar em quem detém o poder (conhecimento dos poderosos), a prática foca no que o conhecimento pode fazer, como fornecer explicações confiáveis e novas formas de ver o mundo;
- Papel do Professor Especialista: Para que o conhecimento poderoso seja transmitido, a escola necessita de professores com conhecimento especializado. A relação pedagógica torna-se necessariamente hierárquica, pois o aluno, inicialmente, não possui o conhecimento prévio necessário para fazer escolhas curriculares fundamentadas;
- Construção Curricular além da Experiência: Na prática, o currículo não deve ser construído apenas em torno da experiência de vida do aluno. Validar apenas o que o estudante já viveu pode mantê-lo na condição social; o currículo deve ser o meio para ele adquirir conhecimentos que não estão disponíveis em sua casa ou comunidade;
- Seleção e Sequenciamento: A aplicação envolve um trabalho coletivo entre professores especialistas e acadêmicos para a seleção, sequenciamento e inter-relacionamento dos conteúdos em diversos campos. Isso exige autonomia das unidades educacionais para desenvolver esse conhecimento profissional;
-Integração no Contexto de São Paulo: Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, a prática busca articular o acesso ao conhecimento histórico e especializado com os saberes dos territórios, utilizando os "Territórios do Saber" para integrar o patrimônio científico e cultural às vivências cotidianas dos estudantes.

A aplicação prática do conhecimento poderoso é uma estratégia para promover a igualdade social, garantindo que todos os alunos, especialmente os desfavorecidos, tenham acesso aos princípios generalizáveis que permitem a compreensão e a transformação da realidade.
O Professor Orientador de Educação Integral (POEI) exerce um papel central e estratégico na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, atuando como o principal articulador pedagógico para garantir que a expansão do tempo escolar não se traduza em atividades fragmentadas, mas sim em uma formação multidimensional. De acordo com as diretrizes do programa São Paulo Integral, as principais atribuições do POEI na articulação do currículo integral incluem:
- Integração Curricular: O POEI é responsável por mediar o diálogo entre os professores regentes e os educadores que atuam nos Territórios do Saber, garantindo que as experiências vividas no tempo ampliado estejam conectadas aos objetivos de aprendizagem do Currículo da Cidade;
- Mapeamento e Articulação com o Terri-

tório: Cabe a este profissional identificar e articular parcerias com equipamentos públicos (como CEUs, bibliotecas e parques) e saberes locais, transformando a comunidade em um espaço de aprendizagem e concretizando o conceito de Cidade Educadora;
- Apoio ao Planejamento Pedagógico: O POEI auxilia as equipes na elaboração e acompanhamento do Plano de Trabalho da Educação Integral, assegurando que a matriz curricular de sete horas diárias (no mínimo) mantenha a unidade e a coerência pedagógica;
- Mediação entre Saberes: Ele atua na articulação entre o "conhecimento poderoso" (conhecimento especializado e universal) e os saberes práticos e territoriais, permitindo que o estudante desenvolva uma compreensão crítica e ampla da realidade;
- Gestão Democrática e Acompanhamento: O POEI também desempenha um papel de escuta e mobilização, fortalecendo a participação dos estudantes e das famílias no projeto pedagógico da escola, além de monitorar o desenvolvimento integral dos alunos no ciclo de alfabetização e demais etapas;

Em suma, o POEI não é apenas um coordenador de atividades, mas o garantidor de que a educação integral ocorra de forma interdisciplinar e lúdica, especialmente no Ciclo de Alfabetização, onde a indissociabilidade entre o educar e o cuidar é fundamental;
Os Territórios do Saber integram-se ao currículo da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) como a espinha dorsal do programa São Paulo Integral (SPI), atuando como o elo entre os conhecimentos acadêmicos e a realidade local. Abaixo, detalho como essa integração ocorre na prática pedagógica e estrutural:
A integração curricular promovida pelos Territórios do Saber rompe com a visão tradicional de atividades "extra" no período oposto. Na matriz curricular do São Paulo Integral, as aulas da base comum, a parte diversificada e as experiências dos Territórios são distribuídas de forma orgânica ao longo das sete horas diárias de permanência do estudante. Isso garante que a ampliação do tempo não seja apenas uma "ocupação", mas uma expansão qualificada das oportunidades de aprendizagem.
Os Territórios do Saber buscam integrar o que Michael Young denomina "conhecimento poderoso" (conhecimento científico e especializado) com os saberes do território (cultura local, memórias e demandas da comunidade);
O planejamento do professor deve partir da intencionalidade pedagógica, conectando as atividades aos objetivos de aprendizagem do Currículo da Cidade e da Matriz de Saberes;
O território é entendido como o "chão mais a identidade", onde o estudante experimenta o lugar onde vive para forjar sua cidadania e atuar na transformação da realidade.
Para facilitar essa integração, os Territórios do Saber são organizados em seis macrotemas que norteiam as práticas educativas:Culturas, Artes e Memórias: valorização das expressões simbólicas locais e universais; Educomunicação, Oralidade e Novas Linguagens: uso ético e crítico das tecnologias e mídias; Orientações de Estudos e Invenção Criativa: fortalecimento da autonomia e do pensamento científico; Consciência, Sustentabilidade Socioambiental e Promoção da Saúde: foco na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Exercício da democracia e mediação de conflitos;
Cultura Corporal, Aprendizagem Emocional, Economia Solidária e Educação Financeira: desenvolvimento do autoconhecimento e da relação com o corpo.
A integração efetiva depende de um trabalho colaborativo. O Professor Orientador de Educação Integral (POEI) exerce a função de articulador, garantindo que os projetos desenvolvidos nos Territórios não fiquem isolados, mas dialoguem com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Unidade Educacional. O planejamento deve ser feito coletivamente, envolvendo coordenadores pedagógicos e outros docentes para assegurar que a aprendizagem seja multidimensional (intelectual, física, social, emocional e cultural).
Integrar os Territórios do Saber significa também expandir as paredes da escola. A proposta utiliza parques, museus, bibliotecas, CEUs e outros equipamentos públicos como extensões da sala de aula, concretizando o conceito de Cidade Educadora.
As possibilidades de gestão democrá-

tica vinculadas à educação integral na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) fundamentam-se no princípio de que a educação é um instrumento de democracia, permitindo que estudantes e comunidade participem ativamente das decisões que afetam a escola e o território onde vivem.
De acordo com as fontes, as principais possibilidades e instâncias de exercício democrático nesse contexto incluem:
- Conselho de Escola: É a instância central da gestão democrática, sendo responsável por decisões fundamentais, como a adesão da Unidade Educacional ao Programa São Paulo Integral. Deve contar com a participação paritária de profissionais da educação, famílias e estudantes;
- Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola (CRECE): Atua no fortalecimento dos Conselhos de Escola e na ampliação do processo democrático de forma horizontal;
- Grêmios Estudantis: Configuram-se como espaços de protagonismo juvenil, essenciais para a construção de uma educação participativa e para o compartilhamento de responsabilidades;
- Conselhos Gestores dos CEUs: Nos Centros Educacionais Unificados, a gestão é pedagógico-política e envolve a participação de usuários e associações comunitárias com poder de decisão.
- Projeto Político-Pedagógico (PPP): Na educação integral, o PPP deve ser construído coletivamente, envolvendo profissionais, estudantes e familiares para dar sentido à identidade da escola e orientar o trabalho pedagógico conforme as necessidades do território.

Esta estratégia é vista como uma prática reflexiva e democrática, pois torna visíveis os processos de aprendizagem e permite a (re)criação de significados sobre a função da escola por meio do diálogo entre professores, crianças e pais. Exercem papel democrático ao promover o potencial preventivo e o diálogo para a resolução de problemas, articulando-se com lideranças comunitárias e famílias.
A gestão democrática na educação integral expande-se para além dos muros escolares, potencializando a participação social por meio de associações de moradores, movimentos negros, coletivos de artistas e conselhos comunitários.
A atuação em ações coletivas e movimentos sociais no território é reconhecida como um processo educativo que gera saberes e fortalece a gestão democrática da "Cidade Educadora".
O POEI atua como um facilitador desse processo, desempenhando um papel de escuta e mobilização, fortalecendo a participação dos estudantes e das famílias no projeto pedagógico e na vida escolar como um todo.
A gestão democrática na educação integral não se resume a uma questão administrativa, mas à criação de espaços de compartilhamento de responsabilidades que assegurem a qualidade social da educação e a formação dos estudantes como sujeitos de direitos e deveres.
O Conselho de Escola exerce uma influência decisiva e central na adesão ao programa São Paulo Integral, pois é a instância especificamente responsável pela decisão de a Unidade Educacional participar ou não da proposta.
A adesão não é uma imposição centralizada, mas um processo horizontal onde participam representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: famílias, estudantes, professores, funcionários e gestores. O Conselho deve avaliar critérios estratégicos como a demanda da unidade, a cultura da comunidade local e as potencialidades dos territórios internos e externos à escola;
O envolvimento do Conselho garante que a expansão da jornada (para no mínimo sete horas diárias) esteja em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), permitindo que a escola construa sua própria identidade dentro da política de educação integral;
O fortalecimento do Conselho de Escola e a ampliação do processo democrático são diretrizes pedagógicas do programa para assegurar que a decisão de adesão seja participativa e tenha o compromisso coletivo de todos os envolvidos;
Dessa forma, o Conselho de Escola funciona como o garantidor da legitimidade da adesão, assegurando que a transição para o tempo integral responda às necessidades e desejos reais daquela comunidade específica.
A documentação pedagógica favorece a gestão democrática na escola ao se constituir como um instrumento vital para a criação de uma prática pedagógica reflexiva e participativa, rompendo com modelos tradicionais de transmissão de

conhecimento. Essa estratégia fortalece a democracia escolar por meio dos seguintes pontos:
- Construção Coletiva de Significados: A documentação não é um registro passivo, mas um processo de investigação que envolve a participação ativa de diversos atores — professores, crianças e pais — na construção do conhecimento e na atribuição de sentidos ao cotidiano escolar;
- Visibilidade e Transparência: Ao documentar e compartilhar os processos de aprendizagem, a escola torna visível sua função social e a imagem que possui de criança e de professor, permitindo que a comunidade acompanhe e dialogue sobre o projeto educativo;
- Aprimoramento da Comunicação: A prática favorece o desenvolvimento profissional e os processos comunicativos entre os adultos dentro da instituição, criando um espaço de trabalho colaborativo e de trocas constantes;
- Subsídio ao Planejamento Participativo: O uso da documentação permite que a equipe pedagógica reflita sobre as experiências realizadas e recupere registros para fundamentar o planejamento coletivo, garantindo que as decisões pedagógicas estejam em diálogo com as necessidades reais dos estudantes e do território;
- Ferramenta de Argumentação e Narração: Ela funciona como uma estratégia para argumentar e narrar os processos educativos, o que possibilita à comunidade escolar (re)criar os significados da prática e da própria função da escola na sociedade;

A documentação pedagógica consolida um processo em que a escola deixa de ser um local de mera instrução para se tornar um espaço de gestão e vivência democráticas potencializadas, onde as vozes de todos os envolvidos são levadas em consideração na construção do percurso educativo
A gestão democrática fortalece o Projeto Político-Pedagógico (PPP) ao transformá-lo em um documento de compromisso coletivo, garantindo que as ações educativas reflitam as necessidades e identidades da comunidade escolar. Conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela LDB, a participação dos profissionais da educação e da comunidade em conselhos escolares é um princípio fundamental para a construção de uma educação de qualidade.
Construção de Identidade e Sentido: O PPP deixa de ser apenas uma exigência administrativa e passa a dar rumo à escola, expressando o compromisso com o desenvolvimento integral de todos. Quando construído coletivamente, ele permite que a unidade crie sua própria identidade dentro do sistema de ensino;
A gestão democrática possibilita que o projeto pedagógico dialogue com os desafios concretos do território e com as características culturais e sociais locais. Isso é essencial para que o currículo seja emancipatório e significativo, integrando saberes acadêmicos às práticas da vida cotidiana;
A elaboração coletiva do PPP exige a ressignificação dos tempos e espaços escolares, tornando-se um espaço de autoavaliação institucional e de formação continuada para os profissionais. Esse processo contínuo de avaliação interna ajuda a escola a enfrentar desafios de maneira sistematizada e orgânica;
Instâncias como o Conselho de Escola, as Comissões de Mediação de Conflitos e o Grêmio Estudantil asseguram que as vozes de estudantes e famílias sejam levadas em conta, fortalecendo a transparência e a responsabilidade compartilhada;
A prática de documentar e compartilhar os processos educativos é vista como um instrumento de democracia e reflexão, permitindo que a comunidade (re)crie os significados da função da escola e do papel do adulto no ato educativo;
Em suma, a gestão democrática assegura que o PPP funcione como um mapa de ações vivo, capaz de orientar e articular as atividades escolares para garantir o direito de aprendizagem e o pleno desenvolvimento dos estudantes.
O Grêmio Estudantil desempenha um papel central na gestão democrática, atuando como o principal espaço de protagonismo juvenil dentro das Unidades Educacionais. Ele é fundamental para a construção de uma educação participativa e horizontal, permitindo que os estudantes exerçam plenamente a cidadania e o compartilhamento de responsabilidades no cotidiano escolar.
Como instância participativa, o Grêmio funciona como um espaço de diálogo e escuta, sendo reconhecido como uma estratégia valiosa para a resolução de con-

flitos tanto dentro quanto fora da escola. Sua atuação contribui diretamente para a formação de valores essenciais, como democracia, respeito, justiça e solidariedade.
Garante que as crianças e jovens sejam ouvidos e levados a sério como sujeitos potentes e socialmente competentes, com direito à voz nas escolhas que afetam sua vida escolar;
Incentiva os estudantes a pensarem em novas soluções para os desafios da comunidade, evitando o silenciamento de suas vozes e promovendo a autonomia;
Auxilia no desenvolvimento de capacidades dialógicas e na formação ética e psíquica, combatendo a lógica do individualismo por meio de ações coletivas;
Alinha-se ao princípio constitucional e da LDB de que o ensino público deve ser gerido de forma democrática, integrando os estudantes como parte essencial da comunidade institucional. Em suma, o Grêmio Estudantil é o mecanismo que permite ao estudante não apenas receber instruções, mas participar coletivamente da construção do saber e atuar como sujeito de sua própria história Comissões de Mediação de Conflitos (CMC) fortalecem a democracia ao se constituírem como instâncias essenciais de exercício democrático dentro do processo de formação integral dos estudantes. Elas atuam no desenvolvimento do potencial preventivo da Unidade Educacional, intermediando encaminhamentos e soluções para situações divergentes por meio do diálogo entre as partes envolvidas. Ao promoverem a articulação entre a escola, as famílias e as lideranças comunitárias, as CMCs permitem que os sujeitos encontrem soluções dentro de seus próprios territórios, incentivando a participação social e o sentimento de pertencimento.
Essa prática contribui para a construção de valores fundamentais como justiça, respeito, solidariedade e não violência, transformando as relações interpessoais no âmbito escolar. Além disso, as comissões são ferramentas estratégicas para a promoção de uma cultura de paz e a garantia dos Direitos Humanos, permitindo que os estudantes se posicionem criticamente diante de situações de violência ou desigualdade. Ao incentivar o protagonismo juvenil e o compartilhamento de responsabilidades, as CMCs auxiliam os alunos a entenderem a sociedade e a participarem das decisões que afetam o lugar onde vivem.
A mediação de conflitos fortalece a democracia escolar ao substituir o silenciamento das vozes pela escuta e pelo debate, fundamentais para a formação de cidadãos éticos e autônomos
O Projeto Político-Pedagógico (PPP) articula os saberes acadêmicos com o território ao transformar a Unidade Educacional em um centro de reflexão e ação que conecta o patrimônio científico universal à realidade vivida pelos estudantes. Essa integração não se limita à sala de aula, mas utiliza a cidade como um Território Educativo, onde o saber escolar ganha significado através da vivência local.
Integração entre o "Conhecimento Poderoso" e Saberes Locais: O PPP busca garantir o acesso ao conhecimento especializado e independente de contexto (conhecimento científico e histórico), que Michael Young define como "conhecimento poderoso", pois ele permite que o estudante pense além de suas circunstâncias particulares. Ao mesmo tempo, o projeto integra esse saber às histórias, memórias e demandas do território, evitando que o currículo seja uma mera transmissão abstrata de informações;
Uso de Temas Geradores e Projetos: A articulação ocorre por meio da identificação de desafios concretos da comunidade, que servem como "temas geradores" para o trabalho pedagógico. Assim, o planejamento coletivo dos professores utiliza o território como ponto de partida para investigações científicas, artísticas e sociais, conectando os objetivos de aprendizagem do Currículo da Cidade com a vida cotidiana;
Os Territórios do Saber assumem, no contexto do programa São Paulo Integral, o papel de um verdadeiro eixo articulador do currículo, configurando-se como um elo estruturante entre diferentes formas de conhecimento. Inseridos na matriz curricular por meio de seis macrotemas — entre eles "Consciência Socioambiental" e "Culturas e Memórias" —, esses territórios constituem um espaço pedagógico no qual os saberes acadêmicos deixam de ser tratados de maneira isolada e passam a dialogar diretamente com as vivências, práticas e realidades do território em que a escola está inserida.

Essa organização favorece a superação da tradicional fragmentação disciplinar, característica de modelos curriculares mais rígidos, ao promover conexões significativas entre diferentes áreas do conhecimento. Assim, os conteúdos deixam de ser abordados como compartimentos estanques e passam a ser compreendidos em sua complexidade, considerando dimensões sociais, culturais, ambientais e históricas de forma integrada.
Além disso, os Territórios do Saber estimulam práticas pedagógicas que valorizam a interdisciplinaridade e a multidimensionalidade do conhecimento, incentivando a construção de aprendizagens mais contextualizadas e relevantes para os estudantes. Ao articular teoria e prática, escola e comunidade, esses territórios contribuem para a formação integral dos sujeitos, ampliando sua capacidade de compreender, intervir e transformar a realidade em que vivem.
O PPP (Projeto Político Pedagógico),orienta que o aprendizado ocorra em diversos equipamentos públicos do entorno, como CEUs, parques, bibliotecas e museus, transformando esses locais em extensões da escola. Essa circulação pelo território é vista como um direito fundamental do estudante para ampliar seu repertório cultural e social. Mediação do POEI: O Professor Orientador de Educação Integral (POEI) exerce o papel estratégico de mediador, apoiando as equipes na articulação entre as atividades pedagógicas de sala de aula e as parcerias com o território e organizações da sociedade civil;
A gestão democrática, no contexto escolar, configura-se como um princípio fundamental para a construção de um currículo que seja, ao mesmo tempo, significativo e socialmente comprometido. Nesse sentido, a elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP), com a participação ativa de famílias, estudantes e profissionais da educação, torna-se um processo essencial para garantir que as decisões pedagógicas reflitam as necessidades, os valores e as especificidades da comunidade em que a escola está inserida.
Ao incorporar múltiplas vozes e experiências, esse movimento fortalece o reconhecimento e a valorização da identidade cultural local, evitando a imposição de modelos homogêneos e descontextualizados de ensino. O currículo, então, passa a dialogar diretamente com as vivências dos sujeitos, respeitando suas histórias, saberes e formas de expressão, ao mesmo tempo em que amplia horizontes e promove o acesso a conhecimentos historicamente sistematizados.
A construção participativa contribui para a promoção da justiça social, na medida em que possibilita a problematização das desigualdades presentes no território e incentiva práticas educativas voltadas à equidade. O saber acadêmico, nesse contexto, deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser mobilizado como uma ferramenta de leitura crítica da realidade, favorecendo a formação de sujeitos conscientes, autônomos e capazes de intervir de maneira transformadora nas condições sociais em que vivem.
Dessa forma, a gestão democrática não apenas organiza os processos decisórios da escola, mas também fortalece seu papel como espaço de emancipação política e construção de cidadania crítica, alinhando o currículo às demandas concretas da comunidade e aos princípios de uma educação pública inclusiva e socialmente referenciada.
O PPP funciona como um "mapa de ações" que legitima o território como fonte de conhecimento, garantindo que os saberes historicamente produzidos sejam ferramentas para os estudantes compreenderem e transformarem a sua própria realidade.

CONCLUSÃO

A implantação da Educação Integral na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, especialmente no Ciclo de Alfabetização, consolida-se como um compromisso ético e político com a qualidade social da educação e a proteção integral da infância. Através do programa São Paulo Integral, a rede municipal supera a visão tradicional de contraturno, estabelecendo uma matriz curricular integrada que reconhece a multidimensionalidade do desenvolvimento humano, intelectual, física, social, emocional e cultural e como parte indissociável da aprendizagem.
A análise aqui apresentada demonstra que a eficácia desta política reside na síntese entre o "conhecimento poderoso" e os saberes locais. Ao garantir o acesso ao conhecimento especializado e independente de contexto, a escola permite que

estudantes de contextos desfavorecidos transcendam suas circunstâncias particulares. Essa base científica e histórica, quando articulada às vivências nos Territórios do Saber, transforma o currículo em uma ferramenta de emancipação que valoriza a identidade do estudante sem limitar seu horizonte de possibilidades.
A sustentabilidade dessa proposta pedagógica depende diretamente do fortalecimento da gestão democrática. O protagonismo do Conselho de Escola na adesão ao programa e o papel articulador do POEI asseguram que a ampliação da jornada escolar responda às demandas reais do território e da comunidade. Complementarmente, a documentação pedagógica revela-se um instrumento vital para a transparência e a reflexão coletiva, permitindo que a escola se constitua como um espaço permanente de (re)criação de significados sobre o ato educativo.
Conclui-se que a Educação Integral no ciclo inicial é o caminho fundamental para a equidade educacional. Ao promover uma alfabetização interdisciplinar e lúdica, conectada aos desafios da Cidade Educadora, a escola cumpre sua função social de formar sujeitos autônomos, críticos e aptos a exercer plenamente sua cidadania. A integração de tempos, espaços e saberes não é apenas uma estratégia administrativa, mas a materialização do direito à educação como instrumento de transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 135/2024. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Educação Integral: política São Paulo educadora. São Paulo: SME/COPED, 2020.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria dos Centros Educacionais Integrados e da Educação Integral. Programa São Paulo Integral: construir novos caminhos pedagógicos. São Paulo: SME/COCEU, 2016.

PINAZZA, Mônica Appezzato; FOCHI, Paulo Sérgio. Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados. Revista Linhas, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184-199, maio/ago. 2018.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.